



Área de Mecânica:	
NOME	CPF
Cláudio Osny Lindenmeyer	407.616.490-34
Sérgio Antonini	453.107.500-53
Luciano Valério Lopes Soares	644.528.830-87
Carlos Darci da Rocha Freire	335.292.720-00

Área Química: não houve inscritos
Art. 2º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ WESCHENFELDER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14,
DE 9 DE MARÇO DE 2015

Declara inapta de ofício, por omissão de declarações, a inscrição no CNPJ

A DELEGADA-ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14.05.2012, publicada no DOU de 17.05.2012, e tendo em vista o disposto no § 2º do Art. 38 da IN RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Inapta de ofício a inscrição no CNPJ por omissão de declarações, de acordo com o disposto no inciso I do Art. 37 da IN RFB nº 1.470/2014, de:

DARAGO COMERCIO DE FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ 04.591.110/0001-26

Os efeitos deste Ato Declaratório se darão a partir da data de sua publicação.

MARISTELA M. M. B. BITTENCOURT

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15,
DE 17 DE MARÇO DE 2015

Declara nula a inscrição no CNPJ

A DELEGADA ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE - RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos III e IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14/05/2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e alterações posteriores, e tendo em vista o disposto no § 1º do Art. 33 da IN RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014,

DECLARA nula a inscrição no CNPJ, tendo em vista a constatação de vício no ato cadastral, nos termos do inciso II do art. 33 da IN RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, de,

F. ZALTA & CIA. LTDA. - ME - CNPJ 88.913.348/0002-00

A baixa a que se refere este Ato Declaratório terá efeito a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

MARISTELA M. M. B. BITTENCOURT

Ministério da Integração Nacional

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO
DO CENTRO-OESTE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 280, de 05 de novembro de 2014, publicada no DOU em 06 de novembro de 2014, seção 1, página 32, para incluir o servidor Manoel Rodrigues Viana Neto, Siae 1777009, Nota Institucional 80, Nota Individual 20, Nota Final 100.

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO
E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 44, DE 17 DE MARÇO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado de Roraima

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto Estadual nº 18.324-E, de 11 de fevereiro de 2015, do Estado de Roraima,

Considerando o Parecer Técnico nº 001/2015, elaborado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de Roraima, e as demais informações constantes no processo nº 59050.000202/2015-01, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de estiagem, COBRA-DE: 1.4.1.0.0, a situação de emergência nos Municípios de Alto Alegre, Amajari, Iracema e Mucajaí.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 139, DE 16 DE MARÇO DE 2015

Dispõe sobre a prorrogação de emprego da Força Nacional de Segurança Pública nas ações de segurança pública em apoio ao Sistema Prisional do Estado de Roraima.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, no Convênio de Cooperação Federativa nº09 de 18 de maio de 2012, celebrado entre a União e o Estado de Roraima; e

Considerando a manifestação contida no Ofício nº 063/2015 da Governadora do Estado de Roraima, Maria Suely Silva Campos, quanto à necessidade de prorrogação de emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, com o propósito de apoiar nas ações de segurança pública no Sistema Prisional do Estado de Roraima, resolve:

Art. 1º Autorizar a prorrogação de emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em caráter episódico e planejado, em consonância com as instituições de segurança envolvidas, por mais 26 (vinte e seis) dias a contar da data do vencimento da Portaria nº 30, de 15 de janeiro de 2015.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de segurança pública do Ente Federado solicitante, nos termos do convênio de cooperação firmado entre as partes, bem como permissão de acesso aos sistemas de informações e ocorrências, no âmbito da Segurança Pública, durante a vigência desta portaria.

Art. 3º O número de policiais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 140, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.013662/2003-11, do Ministério da Justiça, resolve:

REVOGAR

a Portaria nº 1286, de 9 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de CYPRIAN UZODIMMA NWA-KA, de nacionalidade nigeriana, filho de Cyprian Ikechukwu Nwaka e de Benedicta Nwaka, nascido em Imo State, Nigéria, em 1º de novembro de 1973, tendo em vista a existência de causa de inexpulsabilidade prevista no art. 75, II, "b", da Lei nº 6.815/80, alterada pela Lei nº 6.964/81.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 141, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.003927/2011-74, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, LUFU MUKADI, de nacionalidade belga, filho de Lufu Tshitenge Paul Alexis e de Kapinga Mongo Annastasia, nascido em Kinshasa, República Democrática do Congo, em 26 de fevereiro de 1989, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 142, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08704.003982/2011-37 do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os artigos 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, PEDRO FUENTESAL ROLDAN, de nacionalidade espanhola, filho de Angel Rodriguez Covas e Inmaculada Roldan, nascido na Espanha, em 13 de julho de 1984, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 143, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.003320/2007-06, do Ministério da Justiça, resolve:

REVOGAR

a Portaria nº 4257, de 10 de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 11 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de CHRISTIAN I KING, de nacionalidade liberiana, filho de Otto King e de Beatriz King, nascido em Monróvia, Libéria, em 7 de março de 1979, tendo em vista a existência de causa de inexpulsabilidade prevista no art. 75, II, "b", da Lei nº 6.815/80, alterada pela Lei nº 6.964/81.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 144, DE 16 DE MARÇO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe confere o art.1º do Decreto nº 3.447, de 5 de maio de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 8 de maio do mesmo ano, Seção 1, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08270.006141/2012-18, do Ministério da Justiça, resolve:

EXPULSAR

do território nacional, em conformidade com os arts. 65 e 71 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, NUNO MIGUEL MARQUES RIBEIRO, de nacionalidade portuguesa, filho de Joaquim da Silva Ribeiro e de Zulmira Cardoso Marques, nascido em Marinhais, Portugal, em 18 de julho de 1974, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA
ECONÔMICA
DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

CERTIDÕES DE JULGAMENTO
58ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.006764/2010-61

Representante: Ministério Público do Estado da Bahia
Representados: Sindicato dos Fabricantes e Vendedores de Placas de Sinalização de Trânsito e Veiculares do Estado da Bahia - SIN-PLAVB, Associação dos Fabricantes e Revendedores de Placas, Letreiros e Afins do Estado da Bahia - APL, Comercial de Placas Fagundes Ltda., Siplar Serviços de Recuperação e Comércio Ltda., Pituba Sinalização e Serviços Ltda., Comércio de Placas Salvador Ltda., AFX Placas Ltda. ME (MN Placas/Max Placas), Rosivaldo Pinto Lopes (R. Placas), Aky Tudo Comércio e Serviços Ltda. - ME, Replac Inovações Ltda.e Marco Antônio Freitas Ribeiro (Presidente da APL), Bahia Placas Comércio Ltda. ME, Jorge Guilherme Silva de Itapetinga ME (JG Placas), Mega Placas Ltda. e Almeida Mota Placas Ltda. ME

Advogados: Marco Luiz Alves de Melo; Bartyra do Brasil Dias; Viviane França Ferreira; Maria de Lourdes Araújo Almeida; Carolina Dantas Halla; Ruy José de Almeida Filho; Ana Paula Lima da Cruz; Flávia Uckonn Oliveira; Danilo Oliveira Costa; Heraldo Luis Mota; Gilson da Silva Lirio; Diego Massena de Andrade; Agnaldo Viana; Francisco de Assis Holanda; Paulo Roberto Brito Nascimento; Antônio Carlos Farias Nascimento

Relatora: Conselheira Ana Frazão

Impedido o Presidente do Cade, Vínicius Marques de Carvalho. Presidiu a Conselheira Ana Frazão.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação a Bahia Placas Comércio Ltda. ME; Jorge Guilherme Silva de Itapetinga ME (JC Placas); Mega Placas Ltda.; Sindicato dos Fabricantes e Vendedores de Placas de Sinalização de Trânsito e Veiculares do Estado da Bahia - SINPLAVB; e Almeida Mota Placas Ltda.. O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos seguintes Representados pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, inc. I, c/c art. 21, inc. II, da Lei nº 8.884/1994, com aplicação das respectivas multas: Associação dos Fabricantes e Revendedores de Placa, Letreiros e Afins do Estado da Bahia - APLs, multa no valor de R\$ 127.680,00 (cento e vinte e sete mil, seiscentos e oitenta reais); Comercial de Placas Fagundes Ltda., multa no valor de R\$ 31.920,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte reais); Siplar Serviços de Recuperação e Comércio Ltda., multa no valor de R\$ 14.871,33 (quatorze mil, oitocentos e setenta e um mil e trinta e três centavos), Pituba Sinalização e Serviços Ltda., multa no valor de R\$ 54.701,18 (cinquenta e quatro mil, setecentos e um reais e dezoito centavos), Comércio de Placas Salvador Ltda., multa no valor de R\$ 15.951,07 (quinze mil, novecentos e cinquenta e um reais e sete centavos); AFX Comércio e Serviços Ltda. multa no valor de R\$ 14.187,17 (quatorze mil, cento e oitenta e sete reais e dezessete centavos); Rosivaldo Pinto Lopes (R. Placas), multa no valor de R\$ 18.200,15 (dezoito mil, duzentos reais e quinze centavos), Aky Tudo Comércio e Serviços Ltda. - ME, multa no valor de R\$ 31.920,00 (trinta e um mil, novecentos e vinte reais), Replac Inovações Ltda., multa no valor de R\$ 31.018,19 (trinta e um mil, dezoito reais e dezenove centavos) e Marco Antônio Freitas Ribeiro (Presidente da APL), multa no valor de R\$ 8.937,60 (oito mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos); bem como às demais obrigações constantes do voto. O Plenário, por unanimidade, determinou, ainda, a instauração de Processo Administrativo para apurar a conduta da